

Os bárbaros na *História das Guerras*: um olhar romano sobre os godos no século VI

RENATO VIANA BOY*

1- As guerras de Justiniano: o período de produção historiográfica de Procópio de Cesareia

O governo de Justiniano (527-565) é historiograficamente conhecido não apenas por ter sido um período de peste, terremotos e, segundo J. A. S. Evans, pela sensação de que o fim do mundo estivesse próximo (EVANS, 1996: 1), mas principalmente por suas audaciosas pretensões de conquistas político-militares. Desde os primeiros anos de seu governo, Justiniano se preocupava em colocar em prática um ousado projeto para trazer de volta aos domínios imperiais seus antigos territórios.¹ Trata-se de regiões que pertenceram ao império até o século III e que, nos dois séculos seguintes (período conhecido como “Baixo Império”) foram perdidos para os povos ditos “bárbaros” (germanos, godos, vândalos, persas), nas fronteiras da Europa Ocidental, do norte da África e Oriente. Ao chegar ao poder em 527, sucedendo seu tio Justino (518-527), Justiniano encontrou as fronteiras do seu Império reduzidas ao Oriente grego e à Ásia Menor (OSTRGORSKY, 1984: 83).

Para Averil Cameron, uma das principais estudiosas do período da Antiguidade Tardia, as pretensões de expansão das fronteiras eram partes de um projeto imperial ainda mais amplo, que visava a restauração de todo um passado glorioso. Essa foi a grande marca do governo de Justiniano que, além de questões ligadas à recuperação de antigas fronteiras romanas no Mediterrâneo e oriente persa, também exerceu sua influência em outros domínios culturais, como nas esferas intelectual, artística, religiosa e jurídica (CAMERON, 1996a: 18-19). Georg Ostrogorsky se refere a

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e bolsista do CNPq.

¹ Quando falamos aqui do Império Romano ou dos romanos no período da Antiguidade Tardia, estamos nos referindo ao império historiograficamente conhecido como *Bizantino*, a parte oriental da antiga Roma, de tradição grega. Preferimos essa nomenclatura em nosso trabalho por entendermos que os contemporâneos de Justiniano e Procópio de Cesareia (cuja obra se constitui na fonte principal desse estudo) não chamavam a si próprios por *bizantinos*, mas por *romanos*. A referência ao termo *Império Bizantino* como algo diferenciado em relação à antiga Roma é uma construção historiográfica ocidental posterior que, encontra seus primeiros registros na Europa do século XVI.

essa “política restauradora” do imperador como sendo motivada pelo que o autor considera uma “eterna nostalgia” dos romanos em relação à idéia de um Império universal. Para Ostrogorsky, essa política não estaria restrita apenas às questões territoriais, mas se estenderia a um campo cultural ainda mais amplo, destacando, por exemplo, a codificação do direito e a busca por uma unidade cristã contra manifestações de cultos considerados heréticos (OSTROGORSKY, 1984: 83-91). Walter Goffart, num estudo que propõe uma reavaliação do processo de “migrações” de populações bárbaras em território romano, afirma que os historiadores da Antiguidade Tardia observavam que, desde a segunda metade do século V, crescia uma hostilidade da população de Constantinopla contra os bárbaros, sentimento este que teria fundamentado ideologicamente as campanhas de Justiniano (GOFFART, 1980: 34).

A principal fonte para o estudo do período do governo de Justiniano e das guerras promovidas pelo imperador é, sem dúvida, a obra intitulada *História das Guerras*, de Procópio de Cesareia (490-562). Trata-se de uma coleção composta por oito volumes, nos quais são narradas as campanhas dos exércitos do imperador contra os chamados povos bárbaros, visando recuperar para o império as antigas possessões romanas no Oriente persa e Mediterrâneo. Nossa proposta de análise nesse trabalho se concentrará exatamente sobre essa obra.

Esse período de guerras de Justiniano foi classificado por destacados trabalhos como um processo de “reconquista”² ou “restauração”³ dos antigos territórios imperiais no Mediterrâneo, ou ainda como a busca pela recuperação de um passado grandioso e uma identidade comum a ser recuperada entre os romanos, “libertando-os” da submissão a um inimigo bárbaro (PAZDERNIK, 2000: 149-187). Entretanto, salientamos que não encontramos em Procópio a definição dessas guerras como uma busca pela reconquista ou recuperação de territórios e de um passado romanos. Acreditamos que tal ausência se deva à possibilidade de os romanos ainda considerarem os territórios do norte da África e Península Itálica como pertencentes ao Império

² Como exemplo, ver CAMERON, Averil. *op. cit.* p. 42. “(...) they were to establish a kingdom which despite some Byzantine success in the context of Justinian’s *reconquest* lasted until the arrival of the Arabs in the early eight century”(grifo meu).

³ Como exemplo, conferir Cf. EVANS, James Allan Stewart. **The Age of Justinian**. The circumstances of imperial power. New York: Routledge, 1996. p. 132. Nesse trecho, Evans cita palavras do próprio imperador Justiniano: “The barbarian people who have passed under our yoke have come to learn of our warlike labours, and witness to them are both Africa and countless other provinces, which by our victories won by Divine Grace, have been *restored* to Roman rule within our empire.” (grifo meu).

(embora estivessem ocupadas por governos bárbaros) e, por isso, as tropas de Justiniano deveriam se fazer presentes nessas regiões. Em nossa pesquisa, para a análise das *Guerras*, seguimos a proposta de Walter Pohl, que vê nas campanhas de Justiniano um claro objetivo de remover o que os romanos do período consideravam uma “anomalia”: a existência de governos bárbaros em regiões centrais do antigo Império (POHL, 2005: 459).

Nossa hipótese inicial nesse estudo é que as narrativas das *Guerras* não se prestavam simplesmente a uma descrição dos eventos decorridos nas batalhas, mas também (e principalmente) se propunham a tecer um bem fundamentado embasamento ideológico que tornassem justificadas as incursões militares de Justiniano no século VI. Essa hipótese se alicerça numa possível adesão do historiador ao projeto imperial, percebido pela sua relação de grande proximidade com a alta hierarquia política e militar do Império, uma vez que o historiador fora enviado junto às tropas militares pelo próprio imperador. A posição a partir da qual Procópio tece suas narrações, sobre a qual discutiremos mais adiante, certamente o influenciou tanto nas formas de abordagem do tema, quanto nos conceitos utilizados pelo historiador ao longo das narrativas. Pretendemos problematizar essa posição de onde Procópio teria concebido sua obra, tomando como foco central, nesse trabalho, suas descrições da perda do poder imperial na Itália, em 476 e as caracterizações que o historiador apresenta dos povos bárbaros. Acreditamos que um estudo sobre esses pontos específicos de suas narrativas pode nos apontar fortes indícios do comprometimento da narrativa de Procópio com a política militar de Justiniano no século VI.

Ressaltamos, ainda, a relevância de se propor uma reflexão sobre uma obra que se constitui não apenas numa apenas como fonte indispensável ao estudo do governo de Justiniano, como também tem grande importância por se inserir num período considerado um marco historiográfico, situando-se num momento de transição entre o que se consagrou chamar de Fim da Antiguidade e a Alta Idade Média.

2- Procópio de Cesareia nas guerras do século VI

No período das guerras imperiais no Mediterrâneo, Procópio de Cesareia seguia junto às tropas romanas na condição de conselheiro do general Belisário, comandante dos exércitos romanos. Sua produção historiográfica é marcada por três

grandes obras, classificadas em três estilos distintos de escrita: o panegírico *Das Construções* (do latim *De Aedificis*, e do grego *Peri Ktismaton*), referente ao programa das construções do governo imperial; uma segunda de injúrias, intitulada *História Secreta* (*Historia Arcana* em latim e *Anekdotia* em grego), contendo severas críticas ao casal imperial Justiniano e Teodora, e a Belisário e sua esposa Antonina⁴; e uma terceira, em estilo clássico, intitulada *História das Guerras* (*Polemon* em grego, e *De Bellis* em latim). É sobre esta última que discorreremos nesse trabalho. Trata-se, nas palavras de Charles Pazdernik, de uma monumental história política e militar, onde são relatadas essas campanhas dos exércitos de Justiniano contra os persas, vândalos e góticos (PAZDERNIK, 2000: 149).

Devemos salientar que a produção historiográfica de Procópio de Cesareia se propunha a exaltar os feitos do governo de Justiniano, exceção feita à *História Secreta* (CAMERON, 1996a: 16). Esta é considerada por James A. S. Evans como um complemento à *História das Guerras*, com passagens que teriam sido suprimidas pelo autor, provavelmente por medo de perseguições, nas quais o historiador ataca diretamente Belisário e sua esposa e, mais especificamente, o casal imperial Justiniano e Teodora (EVANS, 1970: 222).⁵ Segundo Anthony Kaldellis, estudioso da obra do historiador de Cesareia, na *História Secreta* Procópio explora os efeitos das guerras promovidas pelo Império a partir do que considera um “ponto de vista negativo” (KALDELLIS, 2004: 17). Nele, Procópio destaca toda a destruição causada pelas campanhas militares, não apenas nas regiões então conquistadas, como também naquelas pertencentes ao Império antes das guerras.⁶

Mesmo tendo registrado suas críticas numa compilação de textos à parte, nas *Guerras* Procópio parecia crer que contemplaria ali os mais importantes registros

⁴ A *História Secreta* só veio a ser publicada após a morte do historiador Procópio, provavelmente, por temer perseguições políticas, devido ao severo tom de críticas ao imperador, a imperatriz e sua política expansionista.

⁵ Apesar das ressalvas apontadas por A. D. Lee (LEE, 1989: 570), Averil Cameron é outra estudiosa a considerar a *História Secreta* como complementar à *História das Guerras* (CAMERON, 1996a: p. 162).

⁶ Para enfatizar sua argumentação, Kaldellis cita um trecho da *História Secreta* no qual Procópio aponta Justiniano como a principal fonte das maiores catástrofes sofridas pelo império. Diz a citação: “E seu [do imperador Justino] sobrinho Justiniano, que era ainda muito jovem, usou administrar todo o governo e ele provou ser a origem das calamidades dos romanos, calamidades tão sérias e tão numerosas que em toda a história do mundo provavelmente ninguém tinha anteriormente ouvido igual.” PROCOPIUS, *Anekdotia*. vi. 19.

históricos de sua época. O próprio autor afirma isso no primeiro livro da *História das Guerras*: “É evidente que nenhum feito mais importante ou mais grandioso está para ser encontrado na história que aqueles os quais tem sido documentado nessas guerras.”⁷

Procópio julgava-se, ainda, privilegiadamente habilitado para o registro de tão importantes acontecimentos. Isso se devia ao fato de o historiador ocupar, durante as guerras, o posto de conselheiro particular do general Belisário, estando assim numa posição de testemunha visual dos fatos a serem por ele descritos.

*Além disso, ele [Procópio, falando de si próprio] não tinha dúvidas de que era especialmente competente para escrever a história daqueles eventos, se não por outra razão, porque caiu para sua sorte, quando foi apontado conselheiro do general Belisário, estar próximo de praticamente todos os eventos a serem descritos.*⁸

Nas palavras do próprio historiador, o fato de estar próximo aos acontecimentos por ele descritos nas *Guerras*, devido ao posto ocupado junto ao general Belisário, deveria conferir maior grau de confiabilidade a suas histórias. Além de testemunhar grande parte dos acontecidos em combate, o posto de conselheiro presumia, entre suas obrigações, que o historiador devesse escrever as cartas e discursos do general, fazendo inclusive cópia delas. Isso leva a crer que muitos desses escritos reproduzidos nas *Guerras* possa, de fato, conter o texto completo das citadas cartas e discursos (TREADGOLD, 2010: 216).

Assim, há que se destacar o fato de o autor de nossa fonte principal ser um historiador que ocupava um cargo oficial junto às tropas no período das guerras, enviado pelo próprio imperador Justiniano para atuar como conselheiro do general. Esse importante fato nos obriga a analisar a *História das Guerras* como uma produção historiográfica que se constituiu estando a serviço do Império, estando diretamente comprometida com as ambições romanas no Mediterrâneo. Nessa perspectiva, concordamos com autores como Evans, que afirma que as narrativas de Procópio na

⁷ PROCOPIUS. *De Bello Persico* I. i. 6. “Krei=sson de ou)den h= isxuro/teron tw=n e)n toi=sde toi=s pole/moij tetuxhko/twn tw= ge w/j a/lhqw=j teknhriu=sqai Boulome/nw fanh/setai”. As citações *História das Guerras* estão apresentadas a partir de uma tradução livre do grego para o português, seguidas da reprodução do texto original nas todas de rodapé.

⁸ PROCOPIUS. *De Bello Persico* I. i. 3. “Kai/ oi) au)t%= cuvphi/stato pa/ntwn pa/lista dunatoj w=n ta/de cuggra/yai kat)a(illo men ou)de/n, o/(ti de) au)tw= cumblou/lw h(rhme/vw belisari/w tw= strathgw= sxedo/n ti a/(pasi paragene/sqai toi=j pepragme/noij cune/pese.”

História das Guerras foram construídas em nome do *Establishment* (EVANS, 1970: 219-222) ou, em outras palavras, uma narrativa elaborada em favor das campanhas militares promovidas pelos exércitos de Justiniano no século VI.

Além de sua proximidade com uma alta hierarquia política e militar bizantina do período, os trabalhos dedicados ao estudo da obra de Procópio ressaltam sempre sua estreita ligação com o estilo de escrita dos antigos gregos clássicos. Seus principais modelos eram Heródoto, por descrever os grandes acontecimentos contemporâneos ao historiador, para que estes fossem lembrados na posteridade, e Tucídides, que se dedicou ao registro de eventos por ele testemunhados, assim como Procópio.⁹

Esses antigos modelos clássicos provavelmente foram absorvidos por Procópio ainda em Cesareia ainda na Palestina, sua terra natal. De fundação helênica e famosa por sua biblioteca, a cidade de Cesareia se manteve como grande centro intelectual até o século IV. Existem menos evidências sobre a grandeza da cidade no século VI, mas certamente Procópio teve ali, ao longo do processo de sua formação, acesso a toda uma tradição de grande riqueza intelectual (CAMERON, 1996a: 4).

Apesar da formação helênica e do estilo clássico na *História das Guerras*, Procópio é um autor do século VI e, sendo assim, apresenta preocupações e problemáticas próprias de sua época. Essas questões aparecem no texto de Procópio, segundo Cameron, formando como que uma mescla entre, por um lado, a visão tradicionalista e conservadora do autor e, por outro, a busca por uma imitação de uma escrita de história antiga clássica. Em outras palavras, para a autora, o que as *Guerras* apresentam é uma sutil combinação entre o pessoal e o imitativo, entre o tradicional e o contemporâneo em Procópio (CAMERON, 1996a: 45).

Em nossa pesquisa, tomamos com especial atenção esses estudos de Cameron. Entretanto, acreditamos que nos relatos sobre o fim do poder imperial em Roma e nas descrições apresentadas sobre as populações bárbaras, Procópio apresenta não apenas sua visão pessoal ou do grupo ao qual pertencia. Mais do que isso, pensamos a sua escrita como uma construção inserida e comprometida com o projeto de Justiniano de retomada das antigas fronteiras imperiais. Sendo assim, além das problemáticas

⁹ Sobre essa ligação de Procópio com os antigos modelos clássicos de Tucídides e Heródoto existem uma extensa bibliografia. Como exemplos, citamos EVANS, 1970: 219, ADSHEAD, 1993: 13, MOMIGLIANO, 2004: 74 e BROW, 1972: 147, 189.

advindas da formação cultural helênica de Procópio e do estilo clássico escolhido para compor a *História das Guerras*, tal obra pode ser abordada também como uma narrativa elaborada pelo e para o projeto imperial de Justiniano, apresentando embasamento ideológico fundamental à realização de tal empresa.

3- Análise da obra: descrições do fim do poder imperial no Ocidente e das populações bárbaras em Procópio

Vejam, então, como a narração do fim do poder imperial na Itália e o discurso de Procópio contrário ao elemento bárbaro (em especial os godos na Itália e os vândalos no norte da África), poderiam ser interpretado como um argumento fundamental em favor das intervenções militares do Império sobre suas antigas possessões no Mediterrâneo. As descrições das populações bárbaras, desqualificando-as em relação aos romanos, forneciam ao projeto imperial de Justiniano um importante fundamento ideológico que tornavam esses povos indignos do governo que então exerciam sobre as antigas possessões imperiais.

É importante salientar que nossa análise da *História das Guerras* se concentra basicamente em torno dos godos e, em menor escala, sobre os vândalos. Não abordaremos, de maneira sistemática, as descrições de Procópio dos outros povos caracterizados por ele também como bárbaros, como os persas, os eslavos, francos ou os vândalos. Nosso interesse pelas descrições dos godos se justifica por ser contra essa população que os exércitos de Justiniano entraram em confronto na Península Itálica, antigo centro do Império Romano, merecendo, assim, maior atenção do historiador na elaboração de uma justificativa legitimadora para as campanhas de Justiniano.

Para tanto, partiremos das referências aos bárbaros em Procópio analisadas como um tipo de construção de uma identidade étnica. Tal construção pode ser situada historiograficamente, a partir da ótica de um historiador romano em relação a outras *ethne*. A palavra etnicidade tem sua raiz no grego *ethnos* (ἔθνος), termo que pode ser traduzido como “nação”, ou ainda “povo” (GEARY, 2005: 59). Para o estudo da construção de elementos de uma identidade bárbara em Procópio, seguiremos aqui a proposta de Walther Pohl, segundo o qual, uma estrutura étnica não é algo inato, um fenômeno objetivo, formado biologicamente e determinado pela natureza, mas sim o resultado de práticas étnicas que reproduzem os laços que mantêm um grupo unido

(POHL, 2003: 39). Por isso, as descrições dos bárbaros na *História das Guerras* serão tomadas como resultantes de uma construção historiográfica, relacionadas a uma dinâmica política e social, produto do momento de sua criação, das experiências vividas pelo seu autor e da posição ocupada por este durante as guerras.

Na chamada Antiguidade Tardia, ainda é possível observamos a existência de uma bipolaridade entre os conceitos de *bárbaro* e *romano*, embora, como afirma Walter Pohl, nesse período ela se encontrasse em um “nível mais baixo” que em séculos anteriores (POHL, 2003: 40). Ainda segundo Pohl, as populações bárbaras definiam-se a partir do grau de dependência ou afastamento em relação a um estado tardo-romano de natureza poliétnica (POHL, 2003: 48). Michael Mass faz referência, inclusive, a uma suposta “colaboração” por parte de uma elite romana com esses novos governos, e de suas ligações com Constantinopla (MASS, 2005: 10-11).

Ao longo de toda a narrativa da *História das Guerras*, encontramos Procópio se utilizando da denominação *bárbaro* para se referir àqueles povos não pertencentes ao império, em oposição aos *romanos*, súditos de Justiniano. Entretanto, o historiador não se preocupa em destacar as importantes distinções existentes entre essas diferentes populações denominadas *bárbaras*, como os francos, ostrogodos, visigodos ou gépidas. Essa não distinção entre os povos não romanos fica clara no seguinte trecho da *Guerra Vândala*:

*Agora, enquanto Honório tomava o poder imperial [395] no Ocidente, os bárbaros tomavam posse de sua terra; e eu vou narrar quem eles eram e de que maneira isso aconteceu. Havia anteriormente muitas nações góticas, como também há atualmente, mas as maiores e mais importantes de todas eram os Godos, Vândalos, Visigodos e Gépidas. Antigamente, entretanto, eram chamados Sauromates e Melanclenes; e havia também alguns que chamavam àqueles de nações Géticas. Todos esses, embora fossem distinguidos uns dos outros pelos nomes, como tem sido dito, não diferiam em nada no todo. Pois todos eles tem corpos brancos e cabelos loiros, e são altos e belos de se olhar, e usam as mesmas leis e praticam uma religião comum. Pois eles são todos de fé Ariana e tem uma língua chamada Gótico; e, como parece a mim, todos eles vieram originalmente de uma tribo, e foram mais tarde distinguidos pelos nomes daqueles que conduziam cada grupo.*¹⁰

¹⁰ PROCOPIUS. *De Bello Vandalico* III. ii. 1-5. ““Onwri/ou de thn troj h(li/ou dusmai=j e/(xontoj basilei/an ba/rbaroi thn e)kei/nou kate/labon xw/ran. o(i/tinej de kai o()tw tro/pw, lele/cetai. Gotqika e/(qnh polla/ men kai a()lla pro/tero/n te h)= kai tanu=n e/(sti, ta de dh pa/ntwn me/gista/ te kai a)ciologw/tata Go/tqoi te ei)si kai Bandi/loi kai Ou)isi/gotqoi kai Gh/paidej. Pa/lai me/ntoi Sauroma/tai kai Mela/gxlainoi w)noma/zonto. ei)si de oi)/ kai Getika e)/qnh tau=t” e)ka/loun. ou(toi a(/pantej o)no/mas men a)llh/lwn diafe/rousin, w(/sper ei)/rhtai, a)/llw de tw=n pa/ntwon ou)deni dialla/ssousi. leukoi/ te gar a(/pantej ta sw/mata/ ei)si kai taj ko/maj canqoi/, eu)mh/keij te kai a)gaqoi taj o)/yeij, kai no/moj, men toi=j au)toi=j xrw=ntai, o(moi/wj de ta e)j ton qeon au)toi=j h)/skhtai.

Apesar de Procópio apresentar as tribos góticas como possuidoras de leis, língua, religião e até características físicas comuns, devemos ressaltar que não estamos diante de sociedades com características lingüísticas, políticas, culturais ou mesmo geográficas que possam ser consideradas homogêneas. Walter Goffart cita a impossibilidade de uma narração uniforme que contemple, por exemplo, os godos do sul da Rússia com a heterogeneidade dos povos guiados por Alarico (GOFFART, 2003: 53).¹¹ Para Patrick Geary, a simplificação de toda uma diversidade cultural e étnica dos povos não romanos no conceito *bárbaro*, ou seja, aquele que “fala mal” (GEARY, 2005: 65), teria fundamento na política imperialista romana, seguindo uma perspectiva prática: “os imperialistas romanos achavam mais fácil lidar com os outros povos quando vistos como povos étnicos homogêneos, e não como tão complexos e fluidos quanto a população romana (GEARY, 2005: 75)”. Ainda citando Geary:

a qualidade de romano era uma categoria constitucional, e não étnica. Já a qualidade de bárbaro era uma categoria inventada, projetada sobre uma variedade de povos com todos os preconceitos e pressuposições de séculos de etnografia clássica e imperialismo (GEARY, 2005: 81).

A concepção de *bárbaro* que encontramos na *Guerra Gótica* é aqui tomada a partir dessa perspectiva apresentada por Geary e também defendida por W. Pohl, ou seja, a construção de uma identidade étnica, resultante de processos históricos e estreitamente relacionada a uma dinâmica política e social. Em outras palavras, as caracterizações de Procópio em relação aos povos ditos bárbaros, em especial os godos e os vândalos, estariam subordinadas às formas relações travadas entre os exércitos de Belisário no Mediterrâneo e as populações não romanas no período das guerras, relações das quais o historiador foi testemunha.

Logo no primeiro capítulo da *Guerra Gótica*, ao iniciar a descrição da tomada do poder em Roma, podemos perceber a forma depreciativa com a qual o historiador se referirá aos bárbaros ao longo de toda a sua obra. Nesse trecho, Procópio

th=j gar)Arei/ou dochj ei)sin a(/pantej, fwnh/ te au)toi=j e)sti mi/a, Gotqikh/ legome/nh. kai moi dokou=n e)c e(noj men ei)=nai a(/pantej to palaion e)/qnouj, o)no/masi de u(/steron tw=n e)(ka/stoij h(ghsame/nwn diakekri/sqai.”

¹¹ Ver também GOFFART, 1980: 7.

cita uma aliança feita pelo Império, no século V, com povos góticos, comandados por Alarico. Segundo Procópio, a partir dessa aliança, a influência de elementos bárbaros aumentara no exército, gerando um declínio no prestígio dos soldados romanos:

E na proporção que o elemento bárbaro se fortalecia entre eles, o prestígio dos soldados romanos imediatamente declinava, e sobre o nome de aliança, eles foram mais e mais tiranizados pelos intrusos e oprimidos por eles. Então os bárbaros cruelmente forçaram muitas outras medidas sobre os romanos, muitas contra sua vontade, e finalmente que deveriam dividir com eles a terra inteira da Itália (grifo meu).¹²

É importante destacarmos aqui os adjetivos com os quais o historiador se refere aos bárbaros no trecho citado. Ao trata-los como *tiranos, intrusos, opressores e cruéis*, Procópio transmite a idéia de que os romanos teriam tido seu território conquistado por uma população invasora que, estando entre os soldados romanos, teriam estabelecido ali o seu poder pelo uso da força, impondo-se dessa forma sobre o poder imperial e a população local.

Seguindo a narrativa, Procópio descreve então como teria se dado a ascensão de Odoacro ao poder na Itália:

E de fato eles [os bárbaros] ordenaram Orestes a dar-lhes a terça parte dela [da Itália], e como ele não iria, por meio algum, aceitar isso, eles o mataram imediatamente. Havia agora entre os romanos um certo homem chamado Odoacro, um dos guarda-costas do imperador e, naquele momento, ele concordou em conduzir seus comandados, na condição de que eles o conduzissem ao trono.¹³

Feito isso, Odoacro teria conquistado a submissão dos bárbaros e consolidado seu poder na península por uma década: “E dando a terça parte da terra aos

¹² PROCOPIUS. *De Bello Gothico* V, i. 4. “o)/sw te ta tw=n barba/rwn e)n au)toi=j h)/kmace, tosou/tw to tw=n “ Rwmai/wn stratiwtw=n a)ci/wma h)/dh u(pe/lhge, kai tw= eu)prepei= th=j cummaxi/aj o)no/mati proj tw=n e)phlu/dwn turannou/menoi e)bia/conto. w)/ste au)touj a)ne/dhn a)/lla te polla ou)/ ti e(kousi/ouj h)na/gkazon kai teleutw=ntej cu/mpantaj proj au)tou/j nei/masqai touj e)pi th=j)Itali/aj a)grouj h)ci/oun.”

¹³ PROCOPIUS. *De Bello Gothico* V, i. 5-6. “w)=n dh to trithmo/rion sfi/si dido)nai ton)Ore/sten e)ke/leuon, tau=ta te poi(h/sein au)ton w(j h(/kista o)mologou=nta eu)quj e)/kteinan. h(=n de tij e)n au)touj)Odo(akroj o)/noma, e)j touj basile/wj dorufo/rouj telw=n. o=j au)toi=j to/te poi(h/sein ta e)paggello/mena w(molo/ghsen, h)/nper au)ton e)pi th=j a)rxh=j katasth/swntai.”

bárbaros, e assim ganhando mais firmemente sua submissão, ele [Odoacro] manteve o poder supremo de maneira segura por dez anos.”¹⁴

Pelas passagens citadas, podemos perceber que, para Procópio, a presença de elementos bárbaros entre os romanos era um fator depreciativo, que diminuía a importância e o prestígio do exército imperial. Nota-se ainda que o historiador não confere a Odoacro uma posição de destaque entre os demais, que o conduziria ao poder na antiga capital do Império. No trecho acima, Procópio se refere a ele apenas como um “certo homem entre os romanos”, na condição de “guarda-costas” do imperador. As referências a Odoacro, apresentadas por Patrick Geary, falam de um “comandante bárbaro-romano à moda antiga – um rei sem povo”, à frente de um exército formado pelos “remanescentes das tropas romanas regulares e auxiliares (GEARY, 2005: 131)”. O fato de Procópio, no mesmo trecho, fazer referência a seus “comandados”, confirma a existência de certo poder de liderança e supremacia de Odoacro frente a outros soldados.

A visão depreciativa que Procópio apresenta em relação aos godos pode também ser ilustrada em uma carta que Justiniano enviou aos líderes francos, na intenção de firmar com estes uma aliança militar: “Os Godos, tendo tomado pela violência a Itália, *que era nossa*, tem não apenas recusado absolutamente em devolvê-la, mas tendo cometido posteriormente atos de injustiça contra nós que não toleramos e ultrapassam todos os limites (grifo meu)”.¹⁵

Destaca-se aqui que o imperador, ao enfatizar o fato de a Itália ter pertencido ao Império, se ressentia de os romanos terem perdido ali o poder diante dos godos. Ressalta-se ainda que os romanos, segundo Justiniano, teriam sido vítimas de injustiças provocadas por esse povo. A partir dessa leitura, a intervenção do exército imperial na península restabeleceria ali um estado de justiça legitimado por questões históricas.¹⁶

¹⁴ PROCOPIUS. **De Bello Gothico** V, i. 8. “kai toi=j barba/roj to trithmo/rion tw=n a)grw=n paraxo/menouj tou/tw te tw= tro/pw au)touj bebaio/tata e(tairisa/menouj thn turanni/da e(j e)/th e)kratu/veto de/ka”.

¹⁵ PROCOPIUS. **De Bello Gothico** V, v. 8. “Go/tqoi)Itali/na thn h(mete/ran bi/a e(lontej ou)x o(/son au)thn a)podido/nai ou)damh= e)/gnwsan, a)lla kai proshdikh/kasin h(ma=j ou)/te forhta ou)/te me/tria.”

¹⁶ Procópio se refere à tomada do poder em Roma pelos godos como ato de “injustiça” (ou)/te me/tria□□□o que legitimava a guerra pela retomada do domínio romano sobre a Itália. Cf. PROCOPIUS. **De Bello Gothico**. V, v. 8.

Devemos destacar aqui que os francos, entre os povos não romanos tratados por Procópio, são os únicos formados por uma população convertida ao cristianismo. Esse inclusive é um elemento que fundamentava uma proposta de Justiniano para convencer os reis francos a unirem-se ao exército imperial contra os godos na Itália, visto que ambos comungavam de uma fé cristã comum, contrária os preceitos religiosos do arianismo praticado pelos godos:

Por essa razão nós temos sido obrigados a tomar o campo contra eles [godos] e é próprio que vocês [francos] devessem juntar-se a nós nessa guerra, que é feita suas tanto quanto nossa, não apenas pela fé de justo louvor, que rejeita a opinião dos arianos, mas também pela inimizade que ambos sentimos pelos godos.¹⁷

Portanto, percebemos pelos excertos aqui trabalhados que na *História das Guerras*, tanto no que se refere às descrições feitas por Procópio da perda do poder imperial sobre a Itália no século V, quanto às referências do historiador aos povos bárbaros, em especial os godos, são construções historiográficas que se apresentam um verificável grau de comprometimento com as ambições políticas e militares do Império no século VI. O destaque dado por Procópio ao fato de a Itália pertencer ao império e ter sido perdida de maneira “violenta” por uma população descrita como “tirana” e “cruel”, reforçava a idéia de que uma intervenção do exército de Justiniano nas regiões do Mediterrâneo faria prevalecer ali um poder imperial legitimado por questões históricas. Dessa forma, as narrativas das *Guerras* apresentam ao leitor um ponto de vista pró-romano dos acontecimentos, tornando ideologicamente fundamentadas as campanhas de Justiniano, da qual o historiador é testemunha.

4- Considerações finais

A análise aqui apresentada nos faz considerar que Procópio, ao elaborar suas narrativas das *Guerras*, o fazia não apenas a partir de sua visão pessoal ou do grupo aristocrático ao qual pertencia, tão pouco o estilo clássico de seus textos era o fator principal que condicionava sua escrita. Pensamos que um fator preponderante para o historiador não ter encontrado grande liberdade, na *História das Guerras*, para

¹⁷ PROCOPIUS. *De Bello Gothico*. V, v, 9. “dio/per h)mei=j men strateu/ein e)p)au)tou/j h)nagka/smeqa, u(ma=j de ei)koj cundiafe/rein h(mi=n po/lemon to/nde, o(/n h(mi=n koinon ei)=nai poiei= do/ca te o)rqh/, a)poseiome/nh thn)Areianw=n gnw/mhn, kai to ej Go/tqouj a)mfote/rwn e)/xqoj.”

apresentar suas críticas pessoais às pretensões expansionistas de Justiniano, estava justamente posto por ele ocupado junto à estrutura do poder político e militar do Império. O fato de Procópio ter se tornado conselheiro do general durante o período das guerras, reflete mesmo numa adesão de suas narrativas às ambições imperiais no Mediterrâneo, no século VI. Nesse sentido, o que encontramos na *História das Guerras* é um historiador que construiu suas narrativas como uma história diretamente ligada e, poderíamos mesmo dizer, a serviço do Império.

Por se tratar de uma obra que objetivava relatar os grandes feitos militares do período, produzida por um historiador diretamente ligado ao comando das tropas, é possível considerar a *História das Guerras* como uma narrativa composta de maneira bastante cuidadosa, representando como que uma visão romana oficial dos acontecidos. É possível mesmo dizer que esses textos retratavam os desdobramentos dos combates a partir de uma ótica muito próxima tanto daquela do comandante Belisário, quanto a do próprio imperador.

Partindo dos aspectos supracitados, é possível levantar o seguinte apontamento. Estando o historiador declaradamente próximo tanto do imperador Justiniano quanto do general Belisário, é possível afirmar que Procópio de Cesareia construiria suas narrativas a partir de um ponto de vista não apenas favorável aos romanos, mas também de um historiador que teria aderido ao projeto imperial de restabelecimento da antiga grandiosidade romana. Assim, o posto ocupado pelo historiador junto à estrutura política e militar do Império no período provavelmente oferecia restrições a possíveis contestações ou críticas mais severas ao projeto de Justiniano. A reunião de suas críticas mais severas na *História Secreta*, somente publicada após sua morte, é um fator que torna essa hipótese ainda mais verossímil. Analisar sua obra como uma narrativa construída sob esta perspectiva, nos obriga a considerar as diversas formas pelas quais seu trabalho estivera condicionado, ou até mesmo comprometido, com os interesses políticos do Império no século VI.

Não pretendemos, com isso, afirmar que a escrita da *História das Guerras* seja, toda ela, resultante das pressões políticas e das relações de proximidade do autor com os poderes imperial e militar. Entretanto, acreditamos ser fundamental em nosso trabalho problematizar a posição a partir da qual Procópio teria concebido sua obra, uma vez que consideramos estes últimos fatores como preponderantes nas escolhas dos

conceitos trabalhados e da forma como o historiador aborda o tema em sua escrita. Nesse sentido, as narrativas das guerras teriam uma clara função de apresentar fundamentos ideológicos que tornassem justificadas as intervenções imperiais no Mediterrâneo, visando restabelecer ali um poder imperial legitimado por questões históricas. Assim, as narrativas das *Guerras* não apenas serviriam aos planos imperiais como um tipo de fundamentação ideológica ao projeto de Justiniano, como também estariam condicionadas e balizadas por ele.

A análise aqui apresentada é voltada basicamente a questões historiográficas na escrita de Procópio. Não é nosso propósito traçar uma análise focada nos conflitos militares do Império no Mediterrâneo, na história política e militar do governo de Justiniano, ou ainda desenvolver uma reflexão em torno das práticas religiosas cristãs no mundo romano do século VI. Entretanto, acreditamos que um estudo que se dedique a uma melhor compreensão das narrativas de Procópio de Cesareia, de seus propósitos e do significado dos conceitos com os quais o historiador trabalhou, possibilita ao pesquisador que se dedica ao governo de Justiniano um trato mais cuidadoso com as especificidades referentes à principal fonte do período, indispensável ao estudo de temas como os acima citados.

Referências bibliográficas

Fontes:

PROCOPIUS. **De Bello Gothico** (ΥΠΕΡ ΤΩΝ ΠΟΛΕΜΟΝ). **History of The Wars. The Gothic War**. English translate by H. B. Dewing. London: Havard University Press. 2006.

PROCOPIUS. **De Bello Persico** (ΥΠΕΡ ΤΩΝ ΠΟΛΕΜΟΝ). **History of The Wars. The Persian War**. English translate by H. B. Dewing. London, Havard University Press. 1996.

PROCOPIUS. **De Bello Vandalico** (ΥΠΕΡ ΤΩΝ ΠΟΛΕΜΟΝ). **History of The Wars. The Vandalic War**. English translate by H. B. Dewing. London, Havard University Press. 2006.

Bibliografia

ADSHEAD, K. The Secret History of Procopius and its Genesis. *In: Byzantium*. Tome LXIII. Bruxelles: Boulevard de l'Empereur, 1993. pp. 5-28

BROWN, Peter. **O fim do Mundo Clássico**. De Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CAMERON, Averil. **Procopius and the Sixth Century**. Londres: Duckworth, 1996.

_____. **The Mediterranean World in Late Antiquity**. AD. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

DOWNEY, Glanville. Paganism and Christianity in Procopius. **Church History**. Vol. 18, No. 2. Washington: Dumbarton Oaks. Junho de 1949. pp. 89-102.

EVANS, James Allan Stewart. Justinian and the Historian Procopius. **Greece & Rome**. 2nd Ser., Vol. 17, No. 2 (Oct., 1970), pp. 218-223.

_____. **The Age of Justinian**. The circumstances of imperial power. New York: Routledge, 1996.

GEARY, Patrick. **O mito das nações**. A invenção do nacionalismo. Tradução: Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GOFFART, Walter. **Barbarians and Romans**. A.D. 418-584. The techniques of accommodation. New Jersey: Princeton University Press. 1980.

_____. Los Bárbaros en la Antigüedad Tardía y su Instalación en Occidente. In: In: LITTLE, Lester K., e ROSENWEIN, H. **La Edad Media a debate**. Trad. Carolina del Olmo e César Rendueles. Madri: Ediciones Akal, 2003. pp. 50-79.

KALDELLIS, Anthony. **Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

LEE, A. D. Procopius, Justinian and the Kataskopoi. **The Classical Quarterly**. New Series, Vol. 39, No. 2. Cambridge: Trinity College, 1989. pp. 569-572.

MAAS, Michael. **Age of Justinian**. Cambridge, 2005.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauro, SP: EDUSC, 2004 (1ª edição: 1962)

OSTROGORSKY, Georg. **História del Estado Bizantino**. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal, 1984 (1ª edição: 1964).

PAZDERNIK, Charles F. Procopius and Thucydides on the Labor of War: Belisarius and Brasidas in the Field. **Transactions of the American Philological Association**. Vol. 130. Emory University, 2000. pp. 149-187.

POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, Lester K., e ROSENWEIN, H. **La Edad Media a debate**. Trad. Carolina del Olmo e César Rendueles. Madri: Ediciones Akal, 2003. pp. 35-49.

TREADGOLD, Warren. **The Early Byzantine Historians**. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.